

[sintufg@sintufg.org.br](mailto:sintufg@sintufg.org.br)

**De:** "Central Unica dos Trabalhadores - CUT" <cut@cut.org.br>  
**Para:** <Undisclosed-Recipient:>  
**Enviada em:** segunda-feira, 4 de junho de 2007 09:58  
**Assunto:** federais vão elaborar regulamentação de greve

### Greve no setor público

## **Planejamento descarta proposta da AGU e se compromete a elaborar regulamentação de greve e negociação coletiva junto com servidores**

01.06.2007 | 16:24

Por: [Isaías Dalle](#)

A CUT e seus sindicatos que representam os trabalhadores públicos federais, após muita pressão e mobilização conseguiram que o governo federal, através da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, assinasse um compromisso de que o anteprojeto de lei sobre regulamentação do direito de greve produzido pela Advocacia Geral da União não é a proposta do governo. Outro compromisso é de que o sistema de negociação coletiva e as várias formas de resolução de conflitos, incluindo as greves, serão elaboradas em conjunto com servidores federais, através de um grupo de trabalho.

Esses dois pontos fazem parte de sete itens que compõem o documento oficial assinado pelo secretário Sérgio Mendonça na tarde de quinta-feira (31 de maio), após audiência de oito horas com o presidente da CUT, Artur Henrique, e lideranças das entidades representativas dos servidores. O ministro Paulo Bernardo, em viagem, autorizou Mendonça a fechar o acordo.

"A posição assumida pelo secretário, em nome do Ministério, demonstra que a combinação entre combatividade e abertura ao diálogo é eficaz. E nos dá um pouco de tranquilidade, pois demonstra que aquele entulho autoritário produzido pela AGU não desfruta de apoio no conjunto do governo, e que o respeito à capacidade de organização e elaboração dos trabalhadores está mantida", avalia Artur Henrique. Artur já havia classificado a proposta como "indecente" e "autoritária" no último dia 15, em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho, logo após pontos do anteprojeto terem sido veiculados pela imprensa. Traduzindo posição da CUT, na ocasião o presidente avaliou que a proposta simplesmente proibia as greves no setor público e reivindicou ao governo "jogá-la fora". "Se o patrão for inflexível, vai enfrentar greve", avisou Artur.

Outros compromissos importantes foram assinados ontem. Pelo documento, fica acertado que a Convenção 151 da OIT, bandeira histórica da CUT, será enviada até o final de julho para ratificação no Senado Federal. E que o grupo de trabalho composto por servidores que irá debater formas de resolução de conflitos também vai discutir a regulamentação da negociação coletiva. Para tanto, servirão como referência as conclusões da Câmara Setorial do Serviço Público que atuou no Fórum Nacional do Trabalho.

"Acredito que é um passo decisivo para resolver essa questão de forma madura e democrática. O desafio agora é trabalharmos para consolidar o avanço", avaliou, em entrevista ao Portal, a diretora executiva Lúcia Reis, que participou da reunião. Ela também criticou a postura de dirigentes ligados à Conlutas, que decidiram se retirar do processo.

O documento também deixou explícito que a criação do grupo de trabalho não vai interferir nas negociações setoriais já em curso ou naquelas que podem surgir antes que a elaboração da regulamentação esteja pronta. Foi definido também que o grupo não vai discutir o PLP 01 – já que o embate deve se dar no Congresso Nacional. Por outro lado, o documento firma o compromisso de que a licença para dirigentes sindicais será objeto de discussão pelo grupo.

"Esta ação precisa estar combinada com a mobilização permanente, que é nosso principal instrumento de defesa da classe trabalhadora", ponderou Artur.